

Mata Atlântica tem queda histórica de desmate em SP

Dados apontam menor índice paulista desde 2018 e destacam avanço de ações

Divulgação/Governo de SP

O Estado de São Paulo registrou redução de 29% no desmatamento da Mata Atlântica entre os períodos de 2023-2024 e 2024-2025, segundo dados divulgados nesta semana pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O levantamento aponta que a área desmatada caiu de 49 hectares para 35 hectares no intervalo analisado, configurando o menor índice paulista desde o ciclo de 2018-2019, quando foram contabilizados 43 hectares de supressão vegetal no bioma.

Menor índice do Sudeste

As informações fazem parte do Atlas da Mata Atlântica 2024-2025, estudo elaborado desde 1989 pelas duas instituições para monitorar os remanescentes florestais do bioma em 17 estados brasileiros abrangidos pela Lei da Mata Atlântica. Nesta edição, o levantamento analisou 99,6% dos 130,9 milhões de hectares inseridos na área de aplicação da legislação federal.

Com o resultado, São Paulo aparece entre os estados com menor índice de desmatamento da Mata Atlântica no país. O estudo mostra ainda que o território paulista possui atualmente 2,34 milhões de hectares preservados, o equivalente a



Estado de São Paulo conta com políticas de restauração da Mata Atlântica

13,7% da vegetação nativa existente na área protegida pela legislação ambiental. Segundo o levantamento, cerca de 69% do território estadual está inserido na abrangência da Lei da Mata Atlântica.

Na comparação regional, São Paulo registrou o menor volume de desmatamento entre os estados do Sudeste monitorados pelo Atlas no período

de 2024-2025. Minas Gerais liderou os índices de supressão vegetal, com 3.092 hectares desmatados. O Rio de Janeiro registrou 82 hectares, enquanto o Espírito Santo contabilizou 56 hectares.

Recuperação ambiental

Para a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura

e Logística, Natália Resende, os números refletem o impacto das políticas públicas voltadas à preservação ambiental. Segundo ela, a Mata Atlântica possui papel estratégico para a segurança hídrica, manutenção da biodiversidade e enfrentamento das mudanças climáticas no estado.

Além da redução do desmatamento, o governo paulista

informou avanços em programas de restauração ambiental. Desde 2023, foram comprometidos mais de 41 mil hectares para recuperação de áreas degradadas, incluindo aproximadamente 10 mil hectares localizados em Áreas de Preservação Permanente (APPs). As iniciativas envolvem recomposição de vegetação nativa, criação de corredores ecológicos e ações direcionadas à proteção de nascentes, rios e mananciais.

Ampliação de áreas protegidas

O Estado também ampliou medidas de proteção ambiental em 2025 com a criação do Parque Estadual do Morro Grande, unidade de conservação situada entre os municípios de Cotia e Ibiúna. Com quase 11 mil hectares, a área é considerada estratégica para a preservação da Mata Atlântica e para o abastecimento hídrico de mais de 450 mil pessoas.

Áreas oficializadas

Outra ação destacada pelo governo foi o reconhecimento de 1.441,9 hectares em Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Cinco áreas já foram oficializadas como unidades privadas de conservação pela Fundação Florestal, ampliando a rede de proteção ambiental no estado.

Fiesp discute reforma tributária e impactos no país

Ayrton Vignola/Fiesp

Em meio ao avanço da regulamentação do novo sistema tributário brasileiro, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou na terça-feira (26) o evento Reforma Tributária: aspectos práticos e sua regulamentação, que reuniu autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo para discutir os impactos das mudanças no ambiente econômico.

Os debates da programação abordaram temas centrais da implementação da nova arquitetura fiscal brasileira, incluindo a cooperação federativa, o período de transição do sistema tributário, os impactos sobre empresas optantes pelo Simples Nacional e as mudanças associadas a mecanismos como o split payment.

Na avaliação do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o debate sobre a reforma tributária envolve temas como competitividade, emprego, crescimento econômico e desenvol-



Abertura do evento foi realizada no Teatro do Sesi-SP

vimento. Ele afirmou que a implementação do novo sistema exigirá um longo processo de adaptação, já que a transição do IBS seguirá até 2033. A entidade destaca que a transição da reforma tem gerado dúvidas no setor produtivo, conforme pesquisas internas. O evento foi mais uma iniciativa da Fiesp para

apoiar empresas de todos os portes na adaptação ao novo modelo tributário. Também participaram da abertura representantes de instituições como Ciesp, Receita Federal, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e outros órgãos públicos e privados, além de especialistas do setor jurídico e econômico.

Entre os temas adicionais estiveram os novos incentivos à Zona Franca de Manaus, os impactos tecnológicos da reforma e os desafios do contencioso tributário no novo cenário regulatório.

Segundo a entidade, o acompanhamento da reforma seguirá contínuo, com foco em seguran-

ça jurídica, eficiência do sistema e previsibilidade para investimentos e empresas. A Fiesp reforça que o diálogo entre setor produtivo e autoridades será permanente durante toda a fase de transição.

De acordo com a Fiesp, a implementação da reforma tributária seguirá sendo acompanhada por entidades empresariais e órgãos públicos ao longo dos próximos anos, em um processo de transição gradual até a consolidação do novo modelo fiscal brasileiro. O processo de adaptação deverá envolver ajustes tecnológicos, regulatórios e administrativos, além de mudanças na rotina das empresas e na relação com administrações tributárias estaduais e federais.

A entidade reforça que o acompanhamento permanente da reforma será essencial para garantir segurança jurídica, previsibilidade e eficiência econômica durante toda a fase de implementação no país.